

De Passados Possíveis: Reflexões Sobre Discurso(s) e Patrimônio(s)

Martha Helena Loeblein Becker Morales¹

RESUMO: Este artigo procura refletir acerca do passado como categoria discursiva, ancorado na contribuição teórica de Michel Foucault. Por meio de levantamento e discussão bibliográfica que contempla, em especial, os campos da História, da Arqueologia e do Patrimônio, objetiva-se ponderar sobre a construção conceitual em torno do estudo do passado, conforme desenvolvimentos teóricos recentes. Parte inicial de um trabalho mais amplo, este é um texto que convida o leitor a conhecer e situar alguns debates centrais para questões tão atuais quanto problemáticas como a gestão pública do patrimônio cultural.

PALAVRAS-CHAVE: *Passado, Discurso, Patrimônio.*

ABSTRACT: This article reflects upon the past as a discursive analytical category, based on Michel Foucault's theoretical contributions. Through a bibliographical survey and analysis regarding especially the fields of History, Archaeology and Heritage, the purpose is to shed light on the conceptual framework construction of the study of the past, considering recent theoretical developments. As part of a bigger project, this is a text that invites its reader to know and to place some of the key debates surrounding issues as current and problematic as the public management of cultural heritage.

KEY-WORDS: *Past, Discourse, Heritage.*

Introdução

O passado, como substantivo, está situado naquele lugar do tempo no qual não se pode chegar a não ser nas mais inventivas das

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, Brasil, sob orientação da Prof. Dra. Renata Senna Garraffoni. Bolsista do Programa REUNI de Assistência ao Ensino.

ficções. Como adjetivo, qualifica outros substantivos, podendo atribuir-lhes apenas com o poder da palavra contornos positivos ou negativos. Todavia, o que pretendo abordar neste artigo é o passado como *discurso*. Para tanto, assumo aqui o conceito desenvolvido pelo filósofo francês Michel Foucault, que o define como “um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (Foucault, 2010, p. 122), algo a ser aprofundado em seguida.

Proponho esta discussão a fim de fundamentar futuras análises acerca da mudança do conceito de cultura material no saber e no fazer arqueológico, ao longo da segunda metade do século XX, uma das questões centrais na pesquisa de doutorado que desenvolvo atualmente tendo como objeto coleções arqueológicas do Museu Paranaense. A respeito deste trabalho mais amplo, neste momento, destaco apenas que nele procuro salientar a contribuição da Arqueologia Histórica para as mudanças supracitadas. Dessa forma, proceder a um debate localizado na fronteira disciplinar turva, na qual se encontra esta subárea da Arqueologia faz necessário examinar o estatuto do passado como uma construção simultânea operada por vários campos científicos e seus diferentes discursos. Se aqui pareço limitá-la às observações historiográficas e arqueológicas, isso se deve ao direcionamento da pesquisa, mas desde já reconheço que a Literatura, a Biologia e, mesmo, a Física podem oferecer suas próprias noções temporais e filosóficas acerca do que consiste esse terreno dito ‘passado’.

Portanto, divido este artigo em três tópicos centrais que se vão articulando com o andamento do texto. Parto das premissas elaboradas por Foucault para melhor expor a questão discursiva, para então explorar alguns autores que se valeram direta ou indiretamente de suas ideias nos campos historiográfico e arqueológico. Atinjo, enfim, a problemática do Patrimônio, onde acredito ser possível visualizar os efeitos práticos do discurso teórico elaborado pelos especialistas. Às considerações finais, reservo uma primeira incursão no assunto ‘museu’, a partir da

confluência dos aspectos abordados, abrindo o espaço necessário aos caminhos futuros da pesquisa.

Foucault e o discurso: algumas premissas teóricas

Tema recorrente nos escritos de Foucault, o *discurso* é abordado pelo autor como uma prática, ultrapassando os limites da estrutura linguística. Prática, esta, sujeita a regras de formação, condições de existência – bem como de manutenção, modificação e desaparecimento – e limites demarcados pela dupla conceitual, de igual destaque na obra do filósofo, formada pelo *saber/poder*. Para que fiquem claros os conceitos e propostas do autor que, uma vez articulados, guiam este trabalho, pretendo ressaltar algumas das suas ideias, para só então prosseguir ao tema específico da construção discursiva do passado.

Em *A Arqueologia do Saber*, publicada originalmente em 1969, Foucault aponta as mudanças flagrantes que vem observando no campo historiográfico, já na sua introdução, onde se lê que:

a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (Foucault, 2010, p. 7)

São alterações específicas do campo da História que chamam a atenção do filósofo por este considerar a prática historiográfica como o discurso responsável por conceder, ou

retirar, status à massa documental que compõe uma sociedade. Portanto, o interesse do autor transpõe as barreiras disciplinares próprias da Academia, uma vez que procura entender as relações de poder que permeiam o saber, exteriorizadas pelo discurso enquanto prática que define campos estabelece ligações, exclui, limita e, finalmente, liberta.

Foucault mostra-se enfático ao destacar a separação entre poder e verdade como uma quimera – poderia ser dito o ‘poder de atribuir sentido de verdade a’ – e na sua extensa elaboração do método dito ‘arqueológico’ esclarece o raciocínio que o leva a esta conclusão. *A Arqueologia do Saber*, assim, é um livro denso, atravessado por inúmeros conceitos, alguns apresentados inclusive em comparação a outras vertentes, como na contraposição do seu método ao da clássica História das Ideias. Outros, por sua vez, são reafirmados ou aprofundados, ao longo da narrativa, como é o caso do *discurso*, evocado a cada novo capítulo num jogo constante onde o que não o define compõe sua própria definição.

Para os propósitos deste artigo, cabe destacar no que consiste a *prática discursiva*, em suas palavras, “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2010, p. 133). Com isto fica ilustrado um ponto central do pensamento foucaultiano – um discurso não é naturalmente dotado de verdade, mas de história. História no sentido de processo formador que lhe confere fronteiras e apara-lhe quaisquer arestas que não condigam com os objetivos daquele grupo ou instituição que lhe autoriza.

Assim sendo, torna-se importante também lembrar como o autor conceitua as *relações discursivas*, que se encontram no limite do discurso, “*oferecem-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes, (...) determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou tais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los etc..*” (Foucault, 2010, p.

51). Em suma, o discurso, enquanto prática, é formado por e dá forma a relações marcadas por um determinado saber, embebido em poder, numa interação conduzida por aspectos e situações históricas sempre mutáveis e passíveis de substituição. A proposta de Foucault e seu método arqueológico de análise, enfim, é buscar a compreensão do discurso na singularidade que lhe é própria, a partir das condições que lhe permitiram existir e das possibilidades discursivas que excluiu.

Conforme comentei, o tema do discurso não ficou restrito a apenas esta publicação, sendo a aula inaugural no Collège de France, em dezembro de 1970, dedicado ao mesmo assunto. Nesta fala, o autor reafirmou sua concepção de discurso como prática sujeita aos aspectos históricos que lhe cercam, enfatizando aquilo que identifica como três interdições – o tabu do objeto, o ritual da circunstância e o direito privilegiado, ou exclusivo, do sujeito falante (Foucault, 2008, p. 9). Resumidamente, com estes três tópicos, Foucault desenvolve que não se pode falar de tudo, em qualquer circunstância, tendo como emissor um indivíduo qualquer, ou seja, os temas abordados passam por uma espécie de filtro que leva em consideração a situação na qual se fala e o estado autorizado do falante.

Entre os vários outros pontos relacionados pelo filósofo em sua aula inaugural, há pelo menos mais dois que convêm salientar nesta exposição. O primeiro é a *vontade de verdade*, noção que ganha maior significado quando entendida no plural, como um sistema de exclusão apoiado, em geral, por um suporte institucional (Foucault, 2008, p. 17). Na perspectiva de Foucault, são estas vontades, mutáveis e dotadas de uma tendência homogeneizante, que definem a valoração, distribuição e desqualificação do saber em uma determinada época ou lugar.

Quanto ao outro ponto que quero destacar, trata-se da *disciplina*. Mostra-se pertinente ao ser conceituada por Foucault como

um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu inventor (Foucault, 2008, p. 30)

Nesta delimitação, o autor aponta uma forma de controle sobre a produção do discurso e, assim, seu raciocínio parece atingir um ponto crucial: saber e poder, unidades inseparáveis e mutuamente determinantes operam, sustentadas por uma instituição ou grupo, uma prática discursiva conformada a vontades de verdade, dando forma a uma disciplina, delineada por um horizonte teórico específico. Pelo que Foucault assevera, caberia a nós, pesquisadores, “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (Foucault, 2008, p. 51). Essa, enfim, é sua proposta de análise do discurso.

É oportuno lembrar que a Análise do Discurso é um campo da Linguística que, em sua vertente francesa, tem nas ideias de Foucault uma de suas bases, embora conte com seus próprios dispositivos analíticos, congregando ainda influências do Marxismo e da Psicanálise (Orlandi, 2010, p. 19). Esta foi apenas uma das muitas apropriações a que o pensamento foucaultiano foi submetido nas últimas décadas. Sara Mills, pesquisadora britânica, avalia que o impacto foi especialmente grande no desenvolvimento das teorias feminista e pós-colonial (Mills, 2003, p. 29), sendo esta última impulsionada por Edward Said e suas considerações acerca do Oriente como construção discursiva do Ocidente (Said, 2007). Na extensa análise que Mills faz do corpo da obra de Michel Foucault, suas conclusões apresentam uma síntese interessante do que a

leitura destes textos pode trazer como sugestão ao pesquisador: seja cético, não faça julgamentos de segunda mão, não generalize demais e concentre-se em problemáticas, não em temas. Ainda que a morte prematura do filósofo em 1984 tenha deixado mais interrogações do que respostas, são as inquietações e o desconforto que suas palavras geram até hoje que continuam a influenciar inúmeros autores, em diversas línguas, a exercer o discurso como uma prática que, sim, limita e reduz, mas, também, inspira e liberta.

O passado em litígio: História e Arqueologia em diálogo com Foucault

Michel Foucault é uma influência importante, embora não seja unânime, nas áreas acadêmicas voltadas ao estudo do passado. Autores como Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto e Durval Muniz de Albuquerque são alguns dos exemplos nacionais do impacto que temas como o discurso e a dupla saber/poder tiveram no campo historiográfico.

Rago e Veiga-Neto foram os compiladores da obra *Para uma vida não-fascista*, resultante do V Colóquio Internacional Michel Foucault, realizada em novembro de 2008. Os autores dos capítulos, com suas próprias especialidades e orientações teórico-metodológicas, compartilhavam uma

crítica ao crescimento desenfreado das formas biopolíticas de controle social, na denúncia da violência das formas de exclusão e estigmatização que imperam socialmente e na tentativa de explicar como foi que a antiga autogestão da esfera dos negócios e da política se transformou na conhecida gerência dos bens privados das elites, em especial das que se apropriam do Estado e das

instituições, implantando absurdos regimes de verdade como naturais, absolutos e universais (Rago; Veiga-Neto, 2009, p. 11)

Albuquerque, por sua vez, com tons de homenagem, lançou *História – A arte de inventar o passado*, em 2007, no qual reuniu artigos dedicados à reflexão sobre a escrita da História, sempre com o devido destaque aos nomes que considerava importantes para a historiografia contemporânea, com especial relevo ao filósofo francês. Articulando pensadores como Foucault, Paul Ricoeur e Michel de Certeau, o autor acredita que,

ao darem primazia à análise das atividades descritas como culturais ou mais ligadas ao campo das práticas simbólicas, das mentalidades, do imaginário ou dos discursos, também irão contribuir para que a dimensão inventiva humana e da própria historiografia fosse ressaltada. Objetos e sujeitos se desnaturalizam, deixam de ser metafísicos e passam, pois, a ser pensados como fabricação histórica, como fruto de práticas discursivas ou não, que os instituem, recortam-nos, nomeiam-nos, classificam-nos, dão-nos a ver e a dizer (Albuquerque, 2007, p. 21)

O autor produz uma narrativa quase pessoal, através de uma incursão nas problemáticas que marcaram sua carreira acadêmica, como a relação por vezes incômoda entre História e Literatura e a categoria de gênero como um conceito que perpassa as fronteiras disciplinares e gera debates ferrenhos. Para explicar como lidou com tais questões, Albuquerque demonstra os

posicionamentos teóricos de diversos dos autores que marcaram suas opções.

Em termos internacionais, acredito que dois nomes da historiografia britânica devam ser lembrados: Keith Jenkins e Alun Munslow. *A história repensada*, do primeiro, publicada originalmente em 1991, assumiu a tarefa de responder aos iniciantes no que consistia a História, mas de uma forma diferente dos seus antecessores – o autor parte do princípio de que essa ciência humana, a que há tanto tempo muitos se dedicam, é um discurso sobre o passado, entre tantos outros possíveis (Jenkins, 2007, p. 24). A reflexão de Jenkins se assemelha aos conselhos que Mills extrairia de sua leitura atenta aos escritos de Foucault, anos mais tarde. A narrativa se apresenta fracionada entre responder a questão conceitual, para depois aplicá-la aos problemas específicos dos debates historiográficos do momento e, então, relacioná-la à posição teórica assumida pelo próprio autor.

Mais recentemente, no livro *Desconstruindo a História*, de Munslow, a preocupação em verificar o quanto a História seria capaz de tratar do conteúdo do passado foi o mote central (Munslow, 2009, p. 9). O autor se debruça sobre um debate que ganhou fôlego com Hayden White, na década de 1970, no qual História e Literatura tiveram suas fronteiras postas em xeque, acrescido do conflito teórico imposto pela condição pós-moderna, e traz uma visão bastante tingida pelas cores do pensamento foucaultiano. No seu entendimento,

toda interpretação histórica é apenas mais uma de uma longa cadeia de interpretações, cada uma geralmente procurando estar mais próxima da realidade do passado, mas cada uma sendo apenas outra reinscrição do mesmo acontecimento, com cada sucessiva descrição sendo um produto da imposição

do historiador no nível do tropo, do enquadramento, da argumentação e da ideologia (Munslow, 2009, p. 54)

Guardadas suas diferenças, Jenkins e Munslow, assim como Rago, Veiga-Neto, Albuquerque e tantos outros, partem do raciocínio de Foucault para expor a disciplina histórica, historiográfica, como um relato, um discurso **sobre** o passado que não se equipara ao passado entendido como tempo transcorrido, enquanto experiência vivida – quando este ainda era presente.

Dessa forma, chego à problemática fundamental deste artigo – o passado como discurso. E, embora esteja partindo de observações de cunho historiográfico, refiro-me a uma questão que atingiu também o cerne do debate arqueológico nas últimas décadas, graças à emergência do Patrimônio como um conceito que se quer abrangente a toda a espécie humana.

No que diz respeito à bibliografia especializada da Arqueologia, autores brasileiros, como Funari e Bastos, e europeus, como Jorge e Oosterbeek, têm se envolvido com frequência nos debates acerca do passado como um bem social configurado por políticas públicas de patrimônio. Pedro Paulo Funari, com várias publicações sobre o assunto, transparece em seu posicionamento a influência de Foucault. Na publicação *Patrimônio Histórico e Cultural*, por exemplo, escrita em coautoria com a historiadora Sandra Pellegrini, o patrimônio aparece como um aspecto que ganha força com os Estados Nacionais, atrelado ao conceito de identidade. Seu caráter de *construção* se sobressai conforme os autores demonstram como as mudanças históricas afetam a definição do patrimônio, em especial depois da II Guerra Mundial:

os próprios conceitos de ambiente e cultura sofreram alterações. O meio ambiente e a cultura foram, muitas vezes, valorizados por seu caráter único e

excepcional. Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional (Funari; Pellegrini, 2009, p. 24-25)

A referência a Foucault não é direta, mesmo assim fica claro que o patrimônio consiste, em última instância, num conceito historicamente localizado, sujeito às mesmas formulações associadas ao discurso no tópico anterior. Bastos, Jorge e Oosterbeek também não precisam citar o nome do filósofo francês em suas bibliografias para que seus textos tragam as inquietações e reformulações intensificadas por aqueles que, se não inspirados pelas proposições de Foucault, ao menos se viram na posição de responder suas colocações. Se a história, ou a arqueologia, é discurso, quem detém o poder de escrevê-la? Quem a desautoriza ou substitui? Quem atribui valor ao passado?

Rossano Lopes Bastos organizou com Fernanda Soares a coletânea de artigos *A Arqueologia na Ótica Institucional*, em 2007. O objetivo da publicação seria “sensibilizar profissionais da arqueologia, autoridades e população a participarem de um processo de formação de uma prática reflexiva e conscientizadora sobre as ameaças da extinção do patrimônio histórico e cultural brasileiro” (Bastos; Soares, 2007, p. 3).

Em Portugal há, igualmente, uma preocupação em refletir sobre as políticas públicas dispensadas pelas autoridades do governo ao trato dos bens arqueológicos. Vítor Oliveira Jorge publicou o livro *Arqueologia, patrimônio e cultura*, em 2000, onde buscou ponderar acerca de sua identidade de arqueólogo, tocando

em assuntos pouco associados pelo público leigo a sua profissão, como a garantia do direito à cidadania.

Jorge menciona o caráter conservador da Arqueologia, como “ciência das coisas antigas” (Jorge, 2000, p. 57), o que acredita facilitar o lugar comum do objeto raro, bonito. Tal fetichização do antigo, na opinião do autor, produz uma sensação de suspensão do tempo, criando um elo com o passado a partir da materialidade. Contudo, o arqueólogo português defende uma prática arqueológica que reconheça sua qualidade de incerteza, pois, se o antiquário era capaz de dizer de que época era ou qual função tinha determinado objeto, caberia ao arqueólogo de hoje, por outro lado, esclarecer que “fomos nós que inventamos que determinados sítios são arqueológicos, e fomos nós que inventamos que esses sítios têm uma documentação preciosa para a compreensão daquilo que levou a que hoje sejamos como somos” (Jorge, 2000, p. 107).

Ideias semelhantes compõem a coletânea de nove artigos reunidos por Luiz Oosterbeek em *Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território*, de 2007, na qual surgem também os debates mais recentes da Europa alinhados ao caso brasileiro. Entendendo o passado não como algo que nos explica, mas como o instrumento através do qual explicamos a nós mesmos (Oosterbeek, 2007, p. 89), o autor lamenta algumas das atitudes entre arqueólogos, com especial atenção ao caso de Portugal. Talvez o que mais lhe chame a atenção seja a ausência da *tranquilidade do erro*, ou seja, daquela abertura assumida à contradição. A seu modo de ver,

é por isso que, não raro, as “novidades arqueológicas” são divulgadas como certezas incontestáveis, como produtos industriais, e não como resultados em processo. Falta isso e falta a tranquilidade de errar, de afirmar sem ter a certeza absoluta, de publicar resultados

*preliminares e de os submeter ao
contraditório (Oosterbeek, 2007, p. 97)*

Tanto Jorge quanto Oosterbeek insistem na necessidade de esclarecer ao grande público que a Arqueologia não é uma ciência exata, no mais estrito dos sentidos. Como uma ciência humana, social, poderia ganhar, enfim, a liberdade de refletir e questionar sem precisar de respostas absolutas ou finais, apenas de construções discursivas que contemplem também o incerto, o acaso, o universo das possibilidades do homem.

Na confluência de História e Arqueologia, arrisco-me a dizer, encontramos o Patrimônio. Não só porque ambas as disciplinas, tão em débito aos intelectuais oitocentistas, ocupem-se do passado, a moeda gerida pelas políticas patrimoniais, mas porque a forte tradição textual carregada pela atividade historiográfica – discurso, literalmente – cria um composto excepcional quando associado ao interesse primeiro da Arqueologia pela concretude e aparente irrefutabilidade dos vestígios materiais. Daí surge o patrimônio como o passado tangível.

Patrimônio tangível: passado como discurso

Um dos primeiros autores a se dedicar a uma reflexão sistematizada sobre o passado como uma construção que rompe barreiras disciplinares foi David Lowenthal, ainda na década de 1980, permanecendo até hoje uma referência importante aos estudiosos do patrimônio. Sua obra intitulada *The Past is a Foreign Country* [O Passado é um País Estrangeiro], conta com três divisões fundamentais: Querendo o passado; Conhecendo o passado; e Mudando o passado (Lowenthal, 1985). Foi essa a forma que o autor encontrou para abordar o passado não como uma entidade avulsa, que paira no tempo, mas como algo que somente assume forma quando se toma consciência, no presente, de se estar construindo conhecimento sobre momentos que já se foram.

Essa simultaneidade de passado e presente fica clara quando Lowenthal afirma que “a necessidade de usar e reutilizar o conhecimento memorial, e de esquecer assim como lembrar, forçamos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as coisas lembradas de acordo com as necessidades do presente” (Lowenthal, 1985, p. 194)². Suas observações questionam quaisquer sentidos que se possam querer atribuir a termos como resgate, restauro, reconstrução, pois o ato de lembrar/esquecer em suas páginas fica evidenciado como um processo criador que seleciona, exclui e substitui. Além disso, o autor aponta três aspectos limitadores do conhecimento que se pode almejar acerca do passado: em primeiro lugar, sua imensidão – a improbabilidade de que se tenha registrado a tudo; em segundo lugar, a diferença fundamental entre o que se passou e o que se relatou a respeito; e, finalmente, a parcialidade inescapável a que o narrador, bem como o receptor, está submetido (Lowenthal, 1985, p. 215-216). Contudo, Lowenthal não pensa nas limitações como aspectos negativos, pois seria justo esta pluralidade de pontos de vista sobre um mesmo tema ou assunto que engrandeceria qualquer narrativa sobre o passado.

Uma das partes mais interessantes do trabalho de Lowenthal sobre a qual gostaria de dar mais ênfase é a sua análise a respeito das relíquias, consideradas os traços tangíveis do passado. Nelas, também, a simultaneidade passado/ presente transparece na dicotomia resíduo x permanência – a relíquia pode ser algo que caiu em desuso, ou foi mesmo descartado, e sobreviveu ao acaso, sendo reconfigurada como objeto de novo valor, ou pode ser algo intencionalmente preservado, pensado como marco temporal desde o momento da sua criação. Em ambos os casos, uma vez estigmatizado o status de relíquia, tem-se a impressão de

² No original, “the need to use and reuse memorial knowledge, and to forget as well as to recall, force us to select, distil, distort, and transform the past, accommodating things remembered to the needs of the present”.

congelamento de uma fração do tempo, de um evento ou pessoa, cuja aura é materializada por tal objeto.

Todavia, o autor elenca as vantagens e desvantagens que cercam as relíquias, esse patrimônio tangível, como fonte para o conhecimento do passado. Se, por um lado, estes objetos são mudos, requerendo interpretação, e são responsáveis por conceder a imagem de estabilidade ao passado, por outro, são dotados da capacidade de deslocar a perspectiva em relação às fontes textuais, que por vezes se impuseram como relatos incontestes (Lowenthal, 1985, p. 243-244). Porém, Lowenthal reconhece que também os artefatos podem sofrer alterações à revelia, algo que pode passar despercebido às pessoas, cuja confiança na veracidade do material permanece invariavelmente inabalada.

Outro aspecto, talvez o mais instigante, é a ampla acessibilidade a uma visão de passado que as relíquias são capazes de proporcionar ao público, seja este um transeunte leigo ou um superespecialista. Esta é uma sutileza valorizada por Lowenthal – enquanto as narrativas, relatos e memórias representam o passado, a relíquia é um pedaço físico do passado. Outrossim, o mero exercício de apreciá-la, preservá-la, reproduzi-la ou reformá-la é o suficiente para afetar e transformar a maneira como conhecemos o passado.

Lowenthal insiste no tratamento que reservamos às relíquias, do momento em que as classificamos como tal até a função educativa ou comercial a que as submetemos, porque é do seu interesse examinar os usos que fazemos do patrimônio tangível. A respeito disso, observa que

falhamos em reconhecer não só por que alteramos a história, mas, frequentemente, que de fato o fazemos. Assim, tendemos a conceber de maneira equivocada o passado como uma verdade fixa da qual outros se afastaram, mas à

qual podemos e devemos nos manter irremediavelmente fiéis (Lowenthal, 1985, p. 326)³

No entanto, o autor acredita que a alteração do passado, como conhecimento construído, é algo que não precisamos negar: nós o alteramos para nos tornarmos parte dele, assim como para torná-lo nosso, afirma.

Embora Lowenthal não se refira a esse conhecimento como discurso, acredito que a articulação com as ideias de Foucault seja adequada à reflexão: não caberia à figura do pesquisador identificar a relíquia e dotá-la de valor absoluto, da mesma forma que não convém negá-la como artefato de falso conteúdo histórico. O ganho real está no questionamento dessa seleção, jogo de destaque e exclusão, que atribui status de fonte de conhecimento a este ou àquele artefato – por que uns expõem a relíquia como tal e por que aceitamos ou negamos sua definição?

Considerações finais

Para tangenciar o ponto da instituição museal, ao final deste artigo, vim até agora conduzindo uma discussão acerca do passado como um conhecimento formulado pelo presente, a partir de diversos autores. O pensamento de Foucault recebeu especial destaque nesta exposição por acreditar que todas as citações e comentários dos demais deviam sua fundamentação às polêmicas introduzidas, ou agravadas, pelo filósofo francês em suas publicações.

Conceitos como discurso, com sua inseparável relação com o saber/poder, e patrimônio, no seu cruzamento teórico com

³ No original, “we fail to recognize not only *why* we alter history, but often *that* we do. Thus we tend to misconceive the past as a fixed verity from which others have strayed, but to which we can and should remain unswervingly faithful”.

História e Arqueologia, pareceram-me cruciais para engendrar o raciocínio sobre o passado que encontramos num espaço como o museu. Além disso, o objetivo ao trazer autores de formações tão variadas era tornar evidente o quanto o estudo do passado pode ser multidisciplinar. De acordo com a historiadora Rubí Sanz Gamo

os pensamentos nascidos dos filósofos e antropólogos oferecem uma série de elementos que contribuem para a reflexão sobre o problema da apresentação de exposições em museus, a partir da revisão de como foi produzido o discurso científico, o impacto nos conceitos de democracia, diversidade e assim por diante, que põem à disposição dos discursos expositivos diversas sugestões conceituais (Gamo, 2008, p. 101)

É uma colocação interessante para prevenir a preconcepção de que o passado seria um domínio exclusivo da História – a própria Arqueologia foi convidada ao debate neste artigo, por exemplo. Sugiro, portanto, que seja compartilhada a opinião de Maria Letícia Ferreira, conforme exposta na mesma publicação que a citação acima, de que “o homem contemporâneo vive de passados possíveis” (Ferreira, 2008, p. 54), tendo nas ações patrimoniais interdisciplinares um desejo memorial eivado de escolhas políticas que marcam o que esquecer e o que lembrar.

Quanto ao museu, por excelência o lugar das relíquias de que nos fala Lowenthal, acredito que seja nele que fique mais aberta à apreciação esta relação tão próxima de discurso e passado intrínseca ao que nos habituamos chamar de *patrimônio*. Na tangibilidade das suas exposições, o museu ultrapassa a barreira das disciplinas, dos idiomas, da imaginação, e transmite o passado ao

seu interlocutor. Mas **qual** passado? Essa já é uma questão para reflexão futura.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Introdução. Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: _____. *História – A arte de inventar o passado*. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 19-39
- BASTOS, Rossano Lopes; SOARES, Fernanda (orgs.) *A arqueologia na ótica institucional*. IPHAN, contrato e sociedade. Erechim, RS: Habilis, 2007.
- GAMO, Rubí Sanz. Os museus nacionais no pós-colonialismo. In: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.) *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 93-104
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Batalhas no campo da memória e dos museus: disputas sobre o sentido do passado, lutas pelo reconhecimento. In: CHAGAS, Mario de Souza; BEZERRA, Rafael Zamorano; BENCHETRIT, Sarah Fassa (orgs.) *A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 53-70
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELLEGRINI, Sandra. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2007.
- JORGE, Vítor Oliveira. *Arqueologia, património e cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

- MILLS, Sara. *Michel Foucault*. London: Routledge, 2003. (Critical Thinkers)
- MUNSLow, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia, patrimônio e gestão do território*. Polêmicas. Erechim, RS: Habilis, 2007.
- ORLANDI, Eni. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.
- RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Apresentação: Para uma vida não fascista. In: _____ (orgs.) *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Estudos Foucaultianos), p. 9-11
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em: 27/05/2012
Aprovado em: 16/07/2012
Publicado em: 15/09/2012